

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação da ata**

**3. Comunicações do Presidente**

**4. Audição de peticionários**

**4.1. [Petição 430/XIII/3.ª](#)** – Solicitam uma resposta urgente e efetiva na colocação de assistentes operacionais nas escolas públicas portuguesas – 10h00

- Deputado relator: Ilda Araújo Novo (CDS-PP)

**4.2. [Petição 433/XIII/3.ª](#)** – Solicitam a adoção de medidas com vista à defesa de refeições escolares de qualidade em Portugal – 10h45

- Deputado relator: Lúcia Araújo Silva (PS)

**5. Apreciação da realização de escrutínio de iniciativas europeias**

**5.1. [COM\(2018\)23](#)** - Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO relativa à promoção de valores comuns, da educação inclusiva e da dimensão europeia do ensino

- Sinalizada pela Comissão de Assuntos Europeus
- Deputado relator: BE

**5.2. [COM\(2018\)24](#)** – Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO sobre as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida

- Remetida para conhecimento da Comissão
- Deputado relator: CDS-PP

**5.3. [COM\(2018\)22](#)** - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES relativa ao Plano de Ação para a Educação Digital

- Remetida para conhecimento da Comissão
- Deputado relator: PSD

**6. Apreciação e votação de relatórios finais de petições**

**6.1. [Petição 408/XIII/3.ª](#)** - Solicita informações quanto ao fornecimento de água potável aos alunos e trabalhadores da EB 2/3 Dom Domingos Jarde, em Sintra.

- Sem relator

**7. Outros Assuntos**

## 8. Data da próxima reunião

- 14 de fevereiro de 2018, 14h00

-----

## 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Senhor Presidente, Deputado Alexandre Quintanilha (PS), levou a votação a aprovação da proposta de ordem do dia, a qual foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e do PCP.

## 2. Aprovação da ata

Levada a votação a aprovação da ata n.ºs 102 e 103, de 31 de janeiro e de 1 de fevereiro, respetivamente foram as mesmas aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e do PCP.

## 3. Comunicações do Presidente

### 3.1. Baixa de iniciativas

O Senhor Presidente informou da baixa do Projeto de Lei n.º 607/XIII/3.ª - [Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, que estabelece o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário](#), referindo que o Grupo Parlamentar do PCP propôs a realização de audição às seguintes entidades FENPROF, FNE, ASPL, SNPL, SPLIU, SIPPeB, SEPLeU, Pró-ORDEM, FEPECI, FENEI, SIPE, FNSTFPS, AFOMOS e APROTED, dando a palavra à Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP), para expor a sua pretensão. A Senhora Deputada referiu que na ótica do seu Grupo Parlamentar estaria na altura de ser lançado o debate sobre a necessidade de alteração deste diploma, debate este necessariamente alargado, sendo certo que cada uma destas entidades seria chamada a pronunciar-se sobre aspetos particulares das alterações propostas, em conformidade com as respetivas competências. Mais propôs que, com vista à realização de tais audições fosse solicitada a prorrogação do prazo para apreciação da iniciativa, por mais 60 dias.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) pediu a palavra para sublinhar a dificuldade de realização das 14 audições peticionadas, considerando os trabalhos da Comissão e os restantes trabalhos parlamentares, solicitando a apresentação de outra proposta que não a de audição isolada e em Comissão de cada uma das entidades.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) também interveio no debate referindo que o seu Grupo Parlamentar teria ainda de ponderar da oportunidade de início deste debate e da eventual necessidade de alargamento das entidades a consultar.

Neste seguimento, a Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) comprometeu-se a apresentar uma proposta para a realização das audições pretendidas que seja compatível com os trabalhos da Comissão.

### 3.1.2. Projeto de Lei

O Senhor Presidente informou da baixa do Projeto de Lei n.º 757/XIII/3.ª (BE) - [Primeira alteração à Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto, que aprova o regime jurídico da avaliação da qualidade do ensino superior](#), informando que de acordo com o método de *hondt*, caberia ao

Grupo Parlamentar do PS a indicação de Deputado para a elaboração de parecer, apontando-se para o próximo dia 21 de fevereiro como data para apreciação deste parecer.

### 3.1.3. Projeto de Resolução

O Senhor Presidente informou da baixa do Projeto de Resolução n.º 1280/XIII/3.ª (BE) - [Recomenda ao Governo que valorize a disciplina de educação física no ensino secundário](#), informando que o Grupo Parlamentar do BE pretende que o mesmo seja discutido em Comissão, em conformidade com o disposto no artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

### 3.2. Pedido de Audiência Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro

O Senhor Presidente informou de que foi recebido um pedido de audiência por parte do STIHRSC, o qual pretende ser ouvido sobre o Papel do Estado na fiscalização dos contratos de concessão das cantinas escolares; a situação precária dos trabalhadores das cantinas; propostas e soluções ao nível de legislação própria que possibilite o enquadramento de um vínculo laboral estável; informações sobre as condições de trabalho existentes.

Por não se tratar de um sindicato com representatividade nacional, a audiência a ser realizada deverá obedecer ao modelo de Deputado-piloto, que caberá ao Grupo Parlamentar do PS.

Dada a palavra ao Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) foi pelo mesmo referido que mais do que a questão da competência da Comissão para esta audiência, a sua realização deverá ser sempre em conjunto com a Comissão do Trabalho e Segurança Social.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que obviamente a questão colocada tem a ver com a gestão das escolas, mas o foco da questão é a precariedade dos trabalhadores, considerando que haverá utilidade na distribuição deste pedido à Comissão do Trabalho e Segurança Social, sem prejuízo da conexão e eventual participação da Comissão de Educação e Ciência na audiência que vier a ser realizada.

Os Grupos Parlamentares presentes consensualizaram, de forma unânime, na remessa deste pedido de audiência à Comissão de Trabalho e Segurança Social, em conformidade com o exposto.

### 3.3. Aprovação de Relatório da Audiência de Luísa Duque

Levada a votação a aprovação do Relatório da audiência, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e do PCP.

### 3.4. Aprovação de Relatório da Audiência das peticionárias da [Petição n.º 392/XIII/3.ª](#), Solicitam a promoção do Dia da Educação para a Igualdade de Género

Levada a votação à aprovação do Relatório da audiência, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e do PCP.

### 3.5. Calendário atualizado das audições regimentais

O Senhor Presidente informou do calendário das audições regimentais, em virtude das alterações necessárias introduzir:

Ministros	Datas
Ministro da Educação	1.ª - OE 15 novembro, 10H – 2017 2.ª - 19 de dezembro – 2017 3.ª - 27 março - 2018 4.ª - 3 de julho – 2018

Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	<b>1.ª - OE 14 novembro, 15H – 2017</b> <b>2.ª - 6 de março – 2018</b> <b>3.ª - 17 de abril – 2018</b> <b>4.ª - 26 de junho – 2018</b>
---	---

### 3.6. Reunião com 39 auditores do IHEST (*Institut des Hautes Etudes en Science et Technologie*)

O Senhor Presidente informou que no dia 8 de fevereiro irá ter lugar uma audiência, a pedido do IHEST - Instituto francês que exerce uma missão de formação, de difusão da cultura científica na sociedade e ainda de animação do debate público sobre o progresso científico e tecnológico e o conseqüente impacto na Sociedade, a ligação Ciência-Sociedade.

O objetivo desta audiência é apurarem da experiência parlamentar sobre um assunto controverso, que possa ilustrar o debate público em Portugal e o caminho de construção da decisão.

Mais, apelou à presença de um deputado por cada Grupo Parlamentar.

## 4. Audição de peticionários

### 4.1. [Petição 430/XIII/3.ª](#) – Solicitam uma resposta urgente e efetiva na colocação de assistentes operacionais nas escolas públicas portuguesas – 10h00

O Senhor Presidente cumprimentou a delegação da Federação das Associações de Pais do Concelho de Vila Nova de Gaia (FEDAPA), melhor identificada na [página da audição](#), informando-a da grelha de tempos disponível para o efeito.

Dada a palavra a Carlos Manuel Gonçalves, Presidente da FEDAPA, este começou por enquadrar a atividade desenvolvida pela federação, expondo tratar-se de um federação da concelhia de Vila Nova de Gaia, com mais de 30 anos de história e com estatuto de utilidade pública.

Quanto ao objeto da petição – a falta de assistentes operacionais (AOP), referiu ser um problema recorrente, e que tem colocado em causa o arranque dos anos letivos. Alertou para o facto de a falta de AOP ter reflexos quer ao nível da vigilância dos recreios, quer ao nível de controlo das entrada e saídas dos alunos, bem como no acompanhamento dos refeitórios e também ao nível de higiene e limpeza da escola.

A expectativa que move a FEDAPA é que venha a ser cumprida, efetivamente, a [Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro](#), relativa aos rácios de AOP, considerando que para o efeito não podem ser contabilizados os AOP que estejam de baixa médica.

Aludiu, ainda, ao facto de cerca de 3.000 AOP irem cessar o seu contrato de trabalho no final do ano letivo, mas ser dito que só irão contratar cerca de 2.500, questionando se esta contratação assegura, ou não o cumprimento do próximo ano letivo.

Terminou, referindo que esperam que a Assembleia da República aprove medidas legislativas que permitam resolver esta situação.

A Senhora Deputada Germana Rocha (PSD) informou que o seu Grupo Parlamentar já alertou e questionou por várias vezes o Ministro da Educação sobre a falta de AOP, sendo certo que a resposta deste tem sido sempre de que está a ser cumprido o rácio da referida Portaria, demonstrando que o Governo não conhece a realidade das suas escolas.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) referiu que o assunto é relevante e que preocupa a todos esta matéria, tratando-se de um questão que não é passível de resolução imediata. Sublinhou

que o reforço dos AOP é uma realidade há pelo menos 2 anos, e que a revisão da portaria dos rácios foi importante, e nomeadamente no que concerne aos alunos com necessidades educativas especiais. Já quanto à questão da precariedade dos vínculos do AOP, mencionou que a precariedade é cada vez menos uma realidade, e que a celebração de contratos de trabalho tem possibilidade a realização de formação especializada para estes AOP.

Terminou referindo que é um caminho que se encontra a ser feito, e que as escolas estão já autorizadas a celebrar contratos, pelo que o seu Grupo Parlamentar estará atento a esta situação.

A Senhora Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) informou que o seu Grupo Parlamentar apresentou, sobre a matéria, o [Projeto de resolução n.º 969/XIII/2.ª](#) que recomenda ao Governo que altere os critérios e a fórmula de cálculo de atribuição de pessoal não docente aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, tendo em conta as tipologias e áreas dos edifícios, as ofertas formativas e o universo de alunos. Este projeto foi apresentado, nomeadamente por a alteração introduzida na portaria não ter sido suficiente.

O seu Grupo Parlamentar considera que, atualmente existe um equilíbrio precário que tem permitido às escolas funcionar.

Por outro lado, referiu que as soluções que as escolas têm adotado, de contratação de pessoal não qualificado à hora, demonstram-se desadequados e morosos.

Por fim, referiu que o seu Grupo Parlamentar tomou boa nota da petição e que tentará, dentro das funções que competem à Assembleia da República, acompanhar e tomar as iniciativas possíveis para melhorar a situação nas escolas.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) sublinhou que a revisão do rácio sempre foi uma proposta por parte do PCP, pois que o rácio existente não resolve o problema nas escolas. Na opinião do seu Grupo Parlamentar a portaria não resolve todos os problemas e não contempla uma série de situações, não permitindo, sequer, uma adequação em função das especificidades das escolas.

Referiu, depois, que a situação dos AOP é de grande instabilidade, e que muitas das baixas advém da grande sobrecarga de trabalho a que estes estão sujeitos. Todavia, receiam que a criação de uma bolsa, conforme sugerido pelos peticionários, contribua para uma maior precarização destes AOP.

Devolvida a palavra ao Presidente da FEDAPA o mesmo começou por expressar empatia com o facto de esta questão ser já uma preocupação dos Senhores Deputados e dos seus Grupos Parlamentares, concordando com o Grupo Parlamentar do PS quando este refere que a questão não será resolvida de um dia para o outro. E sublinhando que não podem, contudo, esperar *ad eternum* pela sua resolução.

Requerida a palavra por José Manuel Teixeira Cardoso, foi pelo mesmo referido que os Diretores da Escola têm dito que não dispõem das ferramentas necessárias à contratação. Considera, assim, ser importante a divulgação da sua existência porque se de facto existe, deve ser contemplado.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) pediu a palavra para informar os peticionários de que o Ministério da Educação já se pronunciou sobre a petição, encontrando-se a pronúncia disponível para consulta na página da petição.

O Senhor Presidente agradeceu a presença da delegação da Federação das Associações de Pais do Concelho de Vila Nova de Gaia.

A presente audição foi objeto de gravação [áudio](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

#### **4.2. [Petição 433/XIII/3.ª](#) – Solicitam a adoção de medidas com vista à defesa de refeições escolares de qualidade em Portugal – 10h45**

O Senhor Presidente cumprimentou a delegação de peticionários, melhor identificada na [página da audição](#), informando-a da grelha de tempos disponível para o efeito.

Dada a palavra a Francisco Pinto de Almeida, Vereador da Educação da Câmara Municipal de Cascais (CMC), este começou por referir que a petição surgiu no seguimento de, no decurso deste ano letivo, as refeições escolares terem sido «atribuladas», seja ao nível dos jardins-de-infância e do 1.º ciclo, da competência dos Municípios; seja ao nível do 2.º e 3.º Ciclo e Ensino Secundário, competência do Ministério da Educação.

Referiu, depois, que na CMC tiveram que lançar mão de um novo concurso público para as cantinas escolares – em virtude de ter sido atingido o número máximo de contratações admitidas pelo Código dos Contratos Públicos, com a mesma entidade. Este concurso levou à adjudicação da Empresa UNISELF, contrato este que tem vindo a ter diversos problemas na sua execução.

Expôs que as autarquias pretendem ter mais liberdade para esta matéria, pois que da sua experiência, o recurso à contratação pública neste âmbito, por mais exigentes que os cadernos de encargos sejam, leva a que as entidades acabem sempre empatadas no que respeita à questão da qualidade, sendo o único fator diferenciador o preço. Isto leva a que as empresas «esmaguem» os preços, comprometendo-se a cumprir com critérios de qualidade, mas também com outros aspetos contratuais, como seja o número de funcionários, que sabem, *a priori*, não conseguir cumprir.

Referiu, depois, que na CMC decidiram começar a fazer uso das penalizações contratuais, sendo, na opinião do peticionário, um sistema perverso, nomeadamente porque após um mês de aplicação de sanções e multas contratuais, superiores a duas mil, a empresa continua a incumprir o contrato.

Salientou que a fiscalização é fundamental e tem de existir, todavia não resolve o problema, porque limita-se a identificar, não assegurando o cumprimento por parte das empresas.

Mencionou, ainda, que a CMC queria aumentar o valor da refeição, tratando-se de uma aposta camarária, com vista a aumentar a qualidade das refeições. Todavia, como este aumento representa um aumento da despesa pública, o que é proibido pelo Orçamento de Estado, a autonomia municipal ficou comprometida.

Terminou, fazendo alusão ao facto de o valor da refeições em Cascais ser de 2,06€ em 2012 e atualmente ser de 1,28€, o que significa uma redução de 0,70€, num período em que os custos de produção tem vindo a aumentar.

O Senhor Deputado Álvaro Batista (PSD) referiu que quando se houve que o valor de uma refeição é de 1,28€, sabe-se, em absoluto, que aquela refeição não poderá ter qualidade. Evidenciou a incapacidade do Governo de conseguir que as refeições tenham uma qualidade mínima, considerando tratar-se de uma questão essencial a ser discutida e a resolver. Expôs que

o seu Grupo Parlamentar sempre defendeu que é preciso controlar a despesa pública, mas não à custa da saúde e das crianças. Esta questão é, na sua opinião, tão importante que mesmo que os custos sejam superiores é preciso gastar mais dinheiro, não podendo esta questão ser deixada a aspetos economicistas.

A Senhora Deputada Lúcia Araújo Silva (PS) começou por salientar o específico objeto da petição, para depois referir que o Código dos Contratos Públicos não é impeditivo de conseguir a contratação de refeições escolares de qualidade.

Mencionou, também, que a imposição de um preço mínimo, não se afigura como o mecanismo adequado para o cumprimento, reiterando que a qualidade deve ser imposta pelo caderno de encargos, não podendo ser deixada na disponibilidade dos contraentes.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) sublinhou que o Grupo Parlamentar do BE tem tido, nesta matéria, um papel de promoção um conjunto de soluções para as escolas. Com efeito, referiu que o seu Grupo Parlamentar esteve contra a possibilidade de se extinguir a gestão direta das cantinas pelas escolas, na medida em que não lhes parece adequado que as refeições escolares sejam mercantilizadas. Identificou, ainda o [Projeto de Resolução n.º 1155/XIII/3.ª](#) que recomenda ao Governo que respeite a autonomia das escolas possibilitando a gestão pública dos refeitórios escolares. Sublinhou, por fim, que a escola pública não deve estar aberta a concessão de serviços, nomeadamente em aspetos que se prendam com a sua gestão diária.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que existe uma preocupação muito grande com esta matéria. Com efeito, houve já uma discussão em Plenário sobre esta matéria, não tendo sido aprovada nenhuma das iniciativas à data propostas.

Salientou, depois, que o Ministério da Educação já se pronunciou, e claro que o seu Grupo Parlamentar concorda que, em abstrato, a lei não impede a contratação de refeições escolares de qualidade. Todavia, a realidade, conforme foi aqui relatada pelo peticionário, não é esta.

Referiu, depois, que o preço que é determinado pelos concursos não permite garantir a qualidade abstrata das refeições que resultam dos cadernos de encargos. Donde se conclui que se a lei não se adequa à realidade, então deverá ser alterada. E concordou que a fiscalização destes contratos não irá permitir resolver o problema.

Por fim, colocou duas questões, a saber, se o problema é do modelo, ou dos parâmetros, e se se justifica a existência de um modelo diversificado, e depois se as Escolas e/ou as Câmaras Municipais têm interesse na gestão direta das cantinas.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que o problema para o Grupo Parlamentar do PCP começou a montante, ou seja, com o [Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro](#), que estabelece o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio de funções sociais. Trata-se de um instrumento de reconfiguração do Estado e de ataque às próprias funções do Estado, num sentido de desresponsabilização do Governo, aspeto este que não poderá ser, por isso, descurado.

Desta forma, tratando-se de uma necessidade permanente, não faz sentido que o serviço seja concessionado, devendo antes ser um serviço público, porque caso contrário, estamos a falar de melhorar as condições para a privatização de serviços na escola.

Dito isto, sublinhou que devem ser tomadas medidas que vão para além da questão da fiscalização, porque é preciso defender a escola pública, na perspetiva de defesa de um sistema público com consagração constitucional.

Devolvida a palavra para resposta ao peticionário, começou por referir que não discorda, em absoluto, das ideias dos Grupos Parlamentares do BE e do PCP. Todavia, tem dúvidas que seja uma possibilidade que os Agrupamentos de Escola queiram ter. Além disso, trata-se de um modelo que está consagrado na lei e logo é algo que deve ser deixado na opção dos Agrupamentos. Fundamenta esta opinião no facto de as Direções Escolares deverem fixar-se nas competências educacionais, pedagógicas e de promoção do sucesso escolar, não havendo interesse em que estas se tornem em gestores.

Agradeceu as palavras do Grupo Parlamentar do PSD e espera que de facto haja uma possibilidade de melhoria.

Quanto ao Grupo Parlamentar do PS, começou por referir que as palavras da Senhora Deputada iam de encontro com as constantes do parecer do Senhor Ministro da Educação, e que, tal como resultou das palavras da Senhora Deputada Ana Rita Bessa, não discorda da teoria, apenas da prática dos concursos, em que de facto o fator decisivo é o preço, e com o valor baixo deste é impossível ser assegurar a qualidade nas refeições escolares.

Respondendo às questões do Grupo Parlamentar do CDS-PP, referiu que o problema é do modelo e dos parâmetros. Alertou para o facto de o Município de Cascais, no próximo concurso que lançar, ir fixar um preço mínimo do valor da refeição, sujeitando-se e estando cientes de todas as consequências legais que daí possam vir.

Quanto à questão da gestão das cantinas, considera que devem ser colocadas as várias opções aos Agrupamentos de Escola.

Por fim, referiu que a comunidade educativa e o país esperam decisões, e apela a que se ponham de lado questões partidárias e se pense no superior interesse da criança.

O Senhor Presidente agradeceu, assim, a presença dos peticionários.

A presente audição foi objeto de gravação [áudio](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

## **5. Apreciação da realização de escrutínio de iniciativas europeias**

O Senhor Presidente informou que a Comissão de Assuntos Europeus sinalizou a [COM\(2018\)23](#) - Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO relativa à promoção de valores comuns, da educação inclusiva e da dimensão europeia do ensino, para efeitos de escrutínio, tendo identificado a [COM\(2018\)24](#) – Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO sobre as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida e a [COM\(2018\)22](#) - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES relativa ao Plano de Ação para a Educação Digital, para efeitos informativos.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) questionou se existia um prazo para apreciação destas iniciativas, sendo certo que uma delas se reporta a uma Comunicação, não lhe parecendo necessária a realização de escrutínio. Já o Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) referiu que, na opinião do seu Grupo Parlamentar, todas as iniciativas mereciam um tratamento pela Comissão. A Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD) expôs que o seu Grupo Parlamentar prescinde do escrutínio à iniciativa que lhe caberia – COM(2018)22, na medida em que considera que as COM são suficientemente claras, não carecendo de escrutínio.

## **6. Apreciação e votação de relatórios finais de petições**

O Senhor Presidente expôs o relatório final da [Petição 408/XIII/3.<sup>a</sup>](#) - Solicita informações quanto ao fornecimento de água potável aos alunos e trabalhadores da EB 2/3 Dom Domingos Jardo, em Sintra, elaborado pelos serviços, por se tratar de petição subscrita por apenas um cidadão. Em consequência, levou à votação a aprovação do referido relatório, tendo o mesmo sido aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e do PCP.

## 7. Outros Assuntos

Não foram registados outros assuntos.

## 8. Data da próxima reunião

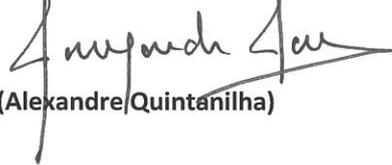
- 14 de fevereiro de 2018, 14h00

A reunião foi encerrada às 12:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 07 de fevereiro de 2018

PeP'

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Alexandre Quintanilha)

## Folha de Presenças

### **Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:**

Alexandre Quintanilha  
Álvaro Batista  
Amadeu Soares Albergaria  
Ana Mesquita  
Ana Rita Bessa  
Ilda Araújo Novo  
Laura Monteiro Magalhães  
Lúcia Araújo Silva  
Luís Monteiro  
Margarida Mano  
Maria Augusta Santos  
Maria Germana Rocha  
Nilza de Sena  
Pedro Alves  
Porfírio Silva  
Sandra Pontedeira  
Susana Amador  
Duarte Marques

### **Faltaram os seguintes Senhores Deputados:**

André Pinotes Batista  
Emília Santos  
Joana Mortágua  
Maria Manuela Tender

### **Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:**

Diogo Leão  
Ivan Gonçalves